



Crédito suplementar pode ser votado hoje pelo Congresso

Jefferson Rudy/Agência Senado



Marcio Bittar, Davi Alcolumbre e Vanderlan Cardoso: projeto precisa de votos de 257 deputados e 41 senadores, no mínimo

Projeto do Executivo pede que parlamentares autorizem operação de crédito para que o governo quite despesas com aposentadorias, benefícios sociais e crédito rural no valor de R\$ 248,9 bilhões

O presidente do Senado, Davi Alcolumbre, convocou para as 14h sessão do Congresso para votar projeto de crédito suplementar que autoriza o governo federal a emitir títulos públicos para quitar, até o fim do ano, despesas correntes no valor de R\$ 248,9 bilhões.

A maior parte das despesas — R\$ 201,7 bilhões — corresponde a benefícios previdenciários, como pensões e aposentadorias, mas também Bolsa Família, Benefício de Prestação Continuada e Plano Safra. Sem a autorização do Congresso,

faltarão dinheiro para cobrir os gastos já neste mês, alega o governo.

Antes de ir a Plenário, o projeto deve ser votado pela Comissão Mista de Orçamento, que tem reuniões marcadas para as 10h e as 14h. O relatório do deputado Hildo Rocha é favorável à proposta.

A Constituição proíbe a realização de operações de crédito que excedam despesas com investimentos e amortizações de dívida. A exceção são os créditos com finalidade específica e aprovados pelo Congresso por maioria absoluta. **3**

Marco Legal do Saneamento Básico será votado amanhã

O projeto que atualiza o Marco Legal do Saneamento Básico, apresentado pelo senador Tasso Jereissati para substituir a medida provisória sobre o tema, será votado em Plenário amanhã, em sessão ex-

traordinária, às 8h. A MP não chegou a ser votada na Câmara dos Deputados e perdeu a validade ontem. A proposta de nova regulação para o setor foi aprovada ontem na Comissão de Infraestrutura. **5**



José Serra e Fernando Bezerra Coelho ao lado do relator, Roberto Rocha

Texto sobre Conselho de Gestão Fiscal terá urgência

As regras para organização do Conselho de Gestão Fiscal, órgão que vai monitorar despesas de estados, foram aprovadas ontem pela Comissão de Assuntos Econômicos. O projeto segue para o Plenário em regime de urgência. **3**

Ministro elogia alterações no Código de Trânsito Brasileiro

Em audiência no Senado, o ministro da Infraestrutura, Tarcísio Freitas, afirmou que o texto que modifica o Código de Trânsito não aumenta a impunidade e facilita a rotina do cidadão. **7**

Mudança de regras em jornada de trabalho é aprovada em colegiado

Segue para a Comissão de Constituição e Justiça o projeto que muda as regras para jornada de 12 horas de trabalho por 36 de descanso. Pela proposta, aprovada ontem na Comissão

Projeto antecipa feriados para as segundas-feiras **8**

Vítima de violência pode ter prioridade em matrícula **8**



Antonio Anastasia é relator do projeto que altera o Código de Trânsito

Vai à sanção aumento de pena para transporte irregular

Projeto aprovado ontem em Plenário, e que agora vai à sanção, aumenta a pena para quem dirigir veículo de transporte escolar sem

autorização específica. A infração passa a ser gravíssima. A mesma pena será atribuída a quem fizer transporte pirata. **3**

Comissão decide hoje suspensão de decreto de armas **4**

Prisão em segunda instância divide debatedores **4**

Roque de Sá/Agência Senado

MPs da regularização rural e do saneamento já não valem

As duas medidas provisórias não foram votadas e perderam a validade ontem. Agora, o Congresso tem 60 dias para editar decretos legislativos para disciplinar as relações jurídicas criadas na vigência dos textos

DUAS MEDIDAS PROVISÓRIAS editadas no governo Temer perderam a validade ontem. Como não foram aprovadas pelo Congresso em tempo, as MPs da regularização ambiental (MP 867) e do saneamento básico (MP 868), ambas de 2018, perdem eficácia retroativamente, a partir do momento em que foram editadas.

Agora, o Congresso tem 60 dias para editar decretos legislativos para disciplinar as relações jurídicas que foram criadas durante a vigência dessas MPs. Se o Congresso não editar o decreto dentro do

prazo, essas relações jurídicas continuarão regidas pelo texto original das medidas.

A MP 867/2018 prorroga até 31 de dezembro de 2019 o prazo para adesão ao Programa de Regularização Ambiental (PRA). O prazo oficial terminou em 31 de dezembro de 2018. O programa regulamenta a adequação de áreas de proteção permanente (APP) e de reserva legal de propriedades rurais por meio de recuperação ou compensação. O texto da MP pode ser editado novamente, agora pelo presidente Jair Bolsonaro, ou ser enviado pelo governo

ao Congresso em forma de projeto de lei.

Já a MP 868/2018 atualizava o Marco Legal do Saneamento Básico e dava competência para a Agência Nacional de Águas (ANA) editar normas nacionais sobre esse serviço público. Entretanto, texto similar já está em tramitação no Senado. O PL 3.261/2019, aprovado ontem na Comissão de Infraestrutura (CI), deve ser votado pelo Plenário amanhã, em sessão extraordinária. O autor é Tasso Jereissati (PSDB-CE), que foi relator da comissão especial da MP (veja na página 5).

Cúpula fica verde em alerta sobre causas ambientais



A cúpula do Senado está colorida como parte das ações do Junho Verde,

para homenagear o Dia Internacional do Meio Ambiente. Há dois períodos de iluminação verde: o primeiro teve início no dia 1º e segue até hoje e o segundo será de 16 a 30 de junho. A solicitação foi de Fabiano Contarato (Rede-ES), presidente da Comissão de Meio Ambiente (CMA).

— Estamos trazendo cientistas, empresários, ambientalistas e autoridades para participar de uma série de audiências e de uma sessão especial com a finalidade de combater os retrocessos e de avançar na criação de leis e políticas públicas que reduzam a destruição



Roque de Sá/Agência Senado - 3/6/2019

Cúpula fica esverdeada em dois períodos, o primeiro termina hoje

dos nossos ambientes naturais e combatam as mudanças climáticas — afirmou.

Teste do pezinho

Excepcionalmente amanhã, as cúpulas do Congresso serão iluminadas de roxo pelo Dia Nacional do Teste do Pezinho, feito em recém-nascidos para detectar fenilcetonúria, hipo-

tireoidismo congênito, doença falciforme e outras hemoglobinopatias, fibrose cística, deficiência de biotinidase e hiperplasia adrenal congênita.

De 8 a 15 de junho, as cúpulas estarão iluminadas de rosa, para lembrar o mês de conscientização sobre a linfangioleiomiomatose (LAM), doença rara que ataca os pulmões.

Para Jayme Campos, reforma deve incluir estados e municípios

Jayme Campos (DEM-MT) disse estar preocupado com a possibilidade de a reforma da Previdência ser aprovada excluindo estados e municípios dos ajustes. Na opinião do senador, é preciso levar em consideração que a crise fiscal tem impossibilitado a retomada dos investimentos em todo o país.

— Nós buscamos fazer as correções em relação à economia e, sobretudo, às finanças da própria Federação, dos estados e dos municípios, para que possamos fazer a retomada dos investimentos públicos — afirmou.



Waldemir Barreto/Agência Senado

Paulo Paim critica sessão que aprovou MP sobre o INSS

Paulo Paim (PT-RS) disse estar indignado com o prazo reduzido que os senadores tiveram para analisar a medida provisória de combate a fraudes no INSS (MP 871/2019), aprovada na segunda-feira. Segundo ele, o formato da sessão impediu que os senadores se posicionassem em relação ao texto, que vai prejudicar ainda mais os trabalhadores, sobretudo os mais pobres. O senador disse ainda que não acredita que o governo vetará o trecho da MP que permite a quebra de sigilo fiscal de beneficiários da Previdência Social. Paim lamentou que muitos tentem convencer a população de que, quem foi contrário à MP, não quer combater fraudes.

Veneziano explica voto contrário à medida antifraude

Veneziano Vital do Rêgo (PSB-PB) justificou seu voto contrário à MP de combate às fraudes no INSS (MP 871/2019). Segundo ele, o texto foi taxado como medida antifraude e quem foi contrário a ele foi considerado “a favor da fraude”. No entanto, o senador disse que a atribuição não corresponde à realidade.

Para ele, a aprovação da medida vai dificultar a manutenção dos benefícios de quem precisa, enquanto os grandes devedores da Previdência, como banqueiros e veículos de comunicação, ficarão impunes.



Waldemir Barreto/Agência Senado

Debate discute o Dia do Meio Ambiente, celebrado hoje

O Dia Internacional do Meio Ambiente, celebrado hoje, vai ser tema de audiência às 14h na Comissão de Meio Ambiente (CMA).

A proposta do evento é discutir o papel dos biomas na produção de água, biodiversidade e estratégias de conservação como parte de um amplo debate social entre os interessados na pauta ambiental.

O mês de junho no Senado

será dedicado às causas ambientalistas, com iluminação do prédio na cor verde e com a promoção de uma série de debates sobre desenvolvimento e sustentabilidade, entre outros temas.

Foram convidadas a diretora-executiva da Fundação SOS Mata Atlântica, Márcia Hirota, e a gerente do Programa Ciências da WWF Brasil, Mariana Napolitano e Ferreira.

Semana de Ação Mundial será tema de audiência pública

A Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE) promove hoje, às 14h30, audiência para discutir o lançamento da Semana de Ação Mundial (SAM), que vai até 9 de junho, coordenada pela Campanha Nacional pelo Direito à Educação.

A semana acontece simultaneamente em mais de 100 países, desde 2003, para engajar a população em prol do direito à educação.

Foram convidados para participar da reunião, pedida por Jean Paul Prates (PT-RN), representantes da Campanha Nacional pelo Direito à Educação, da Oxfam Brasil, da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE), da União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime) e da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco).

Grupo Parlamentar Brasil-Marrocos elege diretoria hoje

O Grupo Parlamentar Brasil-Marrocos será instalado hoje. Há negociações para que a senadora Mara Gabrilli (PSDB-SP) assumira a presidência e o senador Antonio Anastasia (PSDB-MG), a vice-presidência.

Além da indicação dos integrantes e da eleição e posse da diretoria, os parlamentares devem deliberar sobre o estatuto do

colegiado, para modificá-lo ou ratificá-lo. O Grupo Parlamentar Brasil-Marrocos foi criado pela Resolução 14/2015, originária do PRS 20/2015, do ex-senador Marcelo Crivella.

Os grupos parlamentares são criados por meio de resolução do Senado e compostos por membros do Congresso Nacional, que elegem a diretoria.

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaLegislativa>



- CAS Venda de protetores solares**
9h Após pauta de 12 itens, audiência sobre o PL 616/2019, que proíbe protetores solares danosos a recifes de corais.
- CCT Desenvolvimento científico**
9h Entre 18 itens, o PLS 181/2016, que destina 20% do Fundo Social do Pré-Sal para desenvolvimento científico.
- CDR Salva-vidas**
9h O PLC 42/2013, que regula a profissão de salva-vidas, é um dos 7 itens.
- BRASIL-MARROCOS Grupo parlamentar**
9h30 Instalação e eleição.
- CCJ Conselhos de Justiça e do MP**
10h Indicados para o CNJ e o CNMP e projetos sobre posse de arma.

- CMO Crédito suplementar**
10h/14h Na pauta, o PLN 4/2019, que abre crédito de R\$ 248,9 bilhões.
- CMA Biomas nacionais**
14h Após 5 itens, audiência para debater a conservação dos biomas nacionais.
- CONGRESSO Sessão conjunta**
14h Análise de vetos e do PLN 4/2019, que abre crédito suplementar.
- CE Semana de Ação Mundial**
14h30 Audiência para discutir o lançamento da Semana de Ação Mundial.
- MP 876/2019 Registro de empresas**
14h30 Análise do relatório.
- PARLASUL Representação Brasileira**
14h30 Instalação e eleição.

Previsão atualizada às 18h de ontem pela Secretaria-Geral da Mesa e Secretaria de Comissões

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

Congresso pode votar crédito suplementar hoje

Antes de ir a Plenário, o projeto que autoriza o Executivo a fazer operações para cobrir despesas correntes no valor de R\$ 248,9 bilhões deve ser aprovado na Comissão Mista de Orçamento

A COMISSÃO MISTA de Orçamento vota hoje, a partir das 10h, o relatório do deputado Hildo Rocha (MDB-MA) ao projeto de crédito suplementar em que o Executivo pede autorização do Congresso Nacional para quitar, por meio de operações de crédito, despesas correntes no total de R\$ 248,9 bilhões (PLN 4/2019). Em seguida, o projeto deve ser votado pelo Congresso Nacional em sessão convocada pelo presidente do Senado, Davi Alcolumbre, para as 14h. Na pauta, estão ainda 24 vetos que trancam as votações.

O parecer de Hildo Rocha é favorável ao projeto. Ele

rejeitou duas emendas e recomendou a aprovação do texto original. A maior parte das despesas envolvidas (R\$ 201,7 bilhões) corresponde a benefícios previdenciários, como pensões e aposentadorias, mas também Bolsa Família, Benefício de Prestação Continuada (BPC) e Plano Safra.

Sem a autorização do Congresso, faltará dinheiro para cobrir os gastos deste mês, alega o governo. Por isso, especialistas recomendaram a aprovação:

— Qualquer risco que se corra pode fazer com que falem recursos para coisas absolutamente básicas. É im-

pensável faltar dinheiro para o BPC — disse o secretário de Macroavaliação Governamental do Tribunal de Contas da União, Leonardo Albernaz, em audiência na comissão.

A Constituição proíbe a realização de operações de crédito (emissão de títulos públicos) que excedam as despesas de capital (investimentos e amortizações de dívida). Essa “regra de ouro” só pode ser contornada por meio de créditos suplementares ou especiais com finalidade específica e aprovados pelo Congresso por maioria absoluta — pelo menos 257 deputados e 41 senadores.



Otto é o relator da proposta, que foi aprovada ontem em comissão

Órgão para monitorar contas estaduais recebe urgência

Foi aprovado ontem em Plenário o pedido de urgência para a votação do projeto que busca facilitar o pagamento de precatórios pelos estados e pelo Distrito Federal. A intenção do PLS 163/2018 — Complementar, do senador José Serra (PSDB-SP), era excluir o pagamento de sentenças judiciais do teto de crescimento das despesas correntes anuais dos estados, mas a versão atual do texto, aprovada ontem pela manhã na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), excluiu a possibilidade.

O texto original do projeto altera a Lei Complementar 156, de 2016, que concedeu prazo adicional de 240 meses para o pagamento de dívidas dos estados com a União. Como contrapartida, os governos deveriam conter o aumento de suas despesas, que não pode ultrapassar a inflação anual.

A exclusão dos precatórios do cálculo das despesas evitaria o comprometimento de valores que poderiam ser gastos em serviços para a população. Essa exceção ao

limite foi excluída no parecer do senador Otto Alencar (PSD-BA), aprovado ontem pela CAE.

A manutenção dos precatórios no cômputo do cálculo foi feita em acordo com o Executivo. De acordo com o líder do governo, senador Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE), houve compensações:

— O substitutivo mantém os precatórios e, por outro lado, institui uma espécie de válvula de escape que reabre prazos para negociação de dívidas e concessão de descontos.

No substitutivo, o relator incluiu regras para organização e funcionamento do Conselho de Gestão Fiscal (CGF). O órgão vai contribuir para monitorar as despesas dos estados, além de promover debates e divulgar análises, estatísticas fiscais, estudos e diagnósticos. O conselho será presidido pelo ministro da Economia e terá mais dez integrantes de instituições como tribunais de contas da União e dos Estados, do Conselho Nacional de Secretários de Fazenda e do Conselho Federal de Contabilidade.



O relator, deputado Hildo Rocha (E), senadora Kátia Abreu e o presidente da CMO, senador Marcelo Castro

Senado aprova programações monetárias

O Plenário aprovou ontem três projetos de decreto legislativo que validam as programações monetárias para o terceiro trimestre de 2018 (PDL 81/2019), para o quarto trimestre de 2018 (PDL 82/2019) e para o primeiro trimestre de 2019 (PDL 83/2019). As proposições seguem para análise da Câmara.

As programações receberam pareceres favoráveis na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE). Em relação ao primeiro trimestre, o texto, elaborado pelo Banco Central (BC) na forma da mensagem frisa que, para a economia retomar um crescimento consistente, além da aprovação das reformas

de natureza fiscal (como a da Previdência), são necessárias iniciativas que busquem o aumento de produtividade, ganhos de eficiência, mais flexibilidade na economia e melhoria no ambiente de negócios.

No cenário externo, o principal risco apontado pelo BC é de normalização das taxas de juros em economias avançadas, o que leva a incertezas sobre o comércio global (como a retirada de investimentos das economias em desenvolvimento, por exemplo).

Quando à inflação, há fatores de risco que podem levá-la tanto para o patamar inferior quanto ao superior

da meta estimada para o ano, de 4,25%. “De um lado, o alto nível de ociosidade pode levar a trajetória de inflação para abaixo das metas. Por outro, se as expectativas de reformas necessárias para a economia brasileira forem frustradas, a trajetória de inflação pode subir acima do esperado”, afirma o documento.

Diante desse quadro, o BC entende que deve ser realizada uma política monetária estimulativa — com taxas de juros abaixo da taxa estrutural. Assim, está incorporando em sua análise a evolução da atividade econômica, o balanço de riscos relevantes e as projeções e expectativas de inflação.

Vai à sanção pena maior para transporte irregular

Dirigir veículo de transporte escolar sem autorização específica deverá ser classificado como infração de trânsito gravíssima. O endurecimento da pena está previsto no PLC 109/2017, aprovado ontem no Plenário. O texto vai à sanção.

Relatado por Antonio Anastasia (PSDB-MG), o PLC 109/2017 altera o Código de Trânsito Brasileiro (Lei 9.503, de 1997) para tornar mais rígi-

da a punição para quem fizer o transporte remunerado de pessoas ou bens sem licença para tal. O texto também passa o transporte pirata de infração média para gravíssima. As multas dessa natureza implicam perda de sete pontos na carteira de habilitação. As duas infrações também estarão sujeitas à medida administrativa de remoção do veículo.

RÁPIDAS

PLENÁRIO APROVA HÉLIO VITOR RAMOS FILHO PARA NOVO EMBAIXADOR DO BRASIL NA ITÁLIA

Por 64 votos favoráveis e um contrário, o Plenário aprovou ontem a indicação do diplomata Hélio Vitor Ramos Filho para exercer o cargo de embaixador do Brasil na Itália e, cumulativamente, nas repúblicas de San Marino e Malta. Em sabatina na Comissão de Relações Exteriores (CRE), Ramos Filho disse que um dos focos da sua agenda em Roma será a recuperação das exportações brasileiras para a Itália. No ano passado, esse montante atingiu US\$ 3,5 bilhões, mas já foi de US\$ 4,6 bilhões, em 2012.

APROVADA EM PRIMEIRO TURNO CRIAÇÃO DE SISTEMA DE AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS

O Plenário aprovou ontem, em primeiro turno, a PEC 26/2017, que cria um sistema integrado de avaliação de políticas públicas dos três Poderes. A proposta, de Maria do Carmo Alves (DEM-SE), amplia a atuação do Tribunal de Contas da União e dos órgãos integrantes do sistema de controle interno de Executivo, Legislativo e Judiciário para permitir essa aferição. O texto aprovado no Plenário é fruto de um substitutivo apresentado pelo senador Antonio Anastasia (PSDB-MG).

PEC DA PROTEÇÃO DE DADOS PASSA POR NOVA SESSÃO DE DISCUSSÃO EM PRIMEIRO TURNO

Avançou no Plenário a proposta de emenda à Constituição que insere a proteção de dados pessoais de brasileiros e estrangeiros residentes no país no rol de garantias individuais estabelecido pela Constituição (PEC 17/2019). Ontem, a PEC passou pela terceira sessão de discussão em primeiro turno. Apresentada por Eduardo Gomes (MDB-TO), a PEC também confere competência privativa à União para legislar sobre a proteção e o tratamento dessas informações.

COMISSÃO MISTA ANALISA HOJE RELATÓRIO DE MP QUE FACILITA ABERTURA DE EMPRESAS

A comissão mista da medida provisória que dispõe sobre o Registro Público de Empresas Mercantis e Atividades Afins se reúne hoje para analisar o relatório do deputado Aureo Ribeiro (SD-RJ). A MP 876/2019 prevê o registro automático de empresas constituídas como empresário individual, empresa individual de responsabilidade limitada e sociedade limitada nas juntas comerciais. Com isso, o empresário poderá sair da junta comercial já com o número do Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ).

Prisão em segunda instância divide audiência sobre pacote anticrime

Participantes de debate, na Comissão de Constituição e Justiça, divergiram sobre os projetos que tramitam no Senado e pediram mudanças

PARTICIPANTES DE UMA audiência ontem na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) sobre o pacote anticrime se dividiram em relação à prisão após o julgamento em segunda instância. Na reunião, feita a pedido do relator do PL 1.864/2019, senador Marcos do Val (Cidadania-ES), a procuradora da República Raquel Branquinho lembrou que o Supremo Tribunal Federal (STF) considera ser plenamente possível a execução da pena após a condenação por juízes de apelação, que é quando se avalia a questão probatória.

— Quando se começou a ter esse tipo de punição, efetivamente o custo do crime passou a ser mais pensado, mais difícil. Agora, com essa consolidação pelo Parlamento, vamos ter resultado muito mais eficaz. Toda a sistemática prevista no Código de Processo Penal e na Lei de Execução Penal em relação à execução da pena a partir da condenação em segundo grau é um avanço, uma consolidação do que já temos, mas que precisa ser feita — disse Raquel.



O relator, Marcos do Val, entre Raquel Branquinho e Gustavo Badaró

Entretanto, na visão do especialista em direito processual penal, Gustavo Badaró, o projeto fez uma leitura deturpada da posição do STF. Segundo o jurista, o Supremo não disse que a condenação por órgão colegiado permite a execução da pena, mas sim que a condenação em segundo grau, terminadas as instâncias ordinárias, possibilita a prisão.

Acordos

Como está redigido, o projeto já permite a prisão se houver condenação pelo Tribunal do Júri, que ainda é primeira instância, apesar de ser órgão

colegiado.

— O projeto de lei propõe que o réu condenado em primeiro grau pelo tribunal do júri já possa ter sua pena executada imediatamente. Isso me parece claramente inconstitucional e incompatível com a Convenção Americana de Direitos Humanos — disse.

Procurador regional da República, Bruno Calabrich defendeu os três acordos penais propostos no projeto, que sugerem mecanismos de solução negociadas e saídas abreviadas em processo penal.

— O processo penal moderno tenta superar o modelo

litigioso, tenta conferir mais poderes ao réu na decisão sobre o seu destino processual.

O juiz federal do Rio Grande do Norte Ivan Carvalho pediu atenção para a figura do “informante do bem”, uma pessoa que leva ao conhecimento de autoridades informações sobre um ilícito civil ou criminal, sem que dele faça parte.

Delação

Para o juiz, a proposta é democrática e ética, mas está escondida no projeto e corre o risco de “não pegar”.

A senadora Juiza Selma (PSL-MT) afirmou que apresentará emendas para modificar os acordos de delação premiada. Ela defende maior participação do Judiciário nesses acordos, em vez de o juiz atuar como mero homologador do acerto firmado por outros órgãos.

Já a senadora Eliziane Gama (Cidadania-MA) informou que apresentará sugestões de mudança ao texto, especialmente quanto ao Fundo Nacional de Política Antidrogas, para que não seja contingenciado.

Comissão decide destino de decretos sobre armas de fogo

A Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) deve votar hoje seis projetos de decreto legislativo que suspendem as regras para porte e posse de armas editadas pelo governo federal.

O PDL 286/2019 e os demais que tramitam em conjunto têm parecer contrário do relator, Marcos do Val (Cidadania-ES), e ainda serão analisados pelo Plenário. A CCJ vai decidir ainda sobre o PL 672/2019,

de Weverton (PDT-MA), que torna crime a discriminação e o preconceito por identidade de gênero ou orientação sexual.

Como foi aprovado na forma de substitutivo do relator, Alessandro Vieira (Cidadania-SE), o texto passará por votação suplementar. Também estão na pauta da CCJ quatro indicações para os Conselhos Nacionais do Ministério Público (CNMP) e de Justiça (CNJ).

Senadores criticam corte de bolsas de pós-graduação

Os senadores Humberto Costa (PT-PE) e Randolfe Rodrigues (Rede-AP) criticaram em Plenário o corte de bolsas de pós-graduação anunciado pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes). Segundo o órgão vinculado ao Ministério da Educação, a medida representa uma economia adicional de R\$ 4 milhões neste ano e de R\$ 35

milhões em 2020.

Para Humberto, um país que não investe em pesquisa e na formação de seus cidadãos não pode esperar muito do futuro. Ele se disse “estupefato” com o corte, que atinge cerca de 2,7 mil bolsas de pós-graduação e mestrado.

Para o líder da oposição, Randolfe Rodrigues, a medida significa “sequestrar o futuro” de toda uma geração.

Multa por discriminação salarial de mulher será votada em colegiado

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) analisa hoje projeto que estabelece multa a empresas que pratiquem discriminação salarial entre homens e mulheres (PLC 130/2011). O Plenário do Senado aprovou em março projeto com texto semelhante, o PLS 88/2015, que foi encaminhado para a Câmara.

A comissão, que já havia aprovado parecer favorável à proposta em fevereiro de 2012, vai analisar agora emendas apresentadas ao projeto em Plenário. O relator, Paulo Paim (PT-RS), recomenda a rejeição das emendas, que também

serão apreciadas pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) e pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE). Caso o projeto seja aprovado pelo Senado, poderá ser enviado para sanção.

Outro projeto na pauta da CAS é o PLS 209/2016, do senador Romário (Pode-RJ), que amplia em cinco anos a duração da pensão por morte quando o pensionista for cônjuge ou companheiro de segurado da Previdência Social com deficiência. A proposta recebeu parecer favorável do relator, Paulo Paim (PT-RS).

Proibição da venda de protetor solar tóxico a corais será debatida

A proibição da venda de protetor solar com substâncias tóxicas aos recifes de corais será debatida hoje na Comissão de Assuntos Sociais (CAS). A audiência servirá para instruir o PL 616/2019, que veda a comercialização de produtos com oxibenzona, substância que compõe a fórmula da maioria desses cremes e é apontada como uma das responsáveis pela morte de corais.

Foram convidados para o debate representantes da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), do Ministério do Meio Ambiente, da Sociedade

Brasileira de Dermatologia, de instituições ligadas à defesa do meio ambiente e da indústria de cosméticos.

No ano passado, o Havaí se tornou o primeiro lugar do mundo a aprovar uma lei para banir protetores solares com substâncias nocivas aos corais.

De acordo com o autor do projeto, senador Lasier Martins (Pode-RS), estudos científicos apontam que 90% dos recifes do planeta podem desaparecer até 2050. A proposta exige a modificação da fórmula dos protetores e a descrição da composição nos rótulos, bulas e embalagens.

Oriovisto defende regulamentação de liminares pelo STF

O senador Oriovisto Guimarães (Pode-PR) destacou a importância da PEC 82/2019, apresentada por ele, que regulamenta a concessão de liminares pelo Supremo Tribunal Federal (STF). A proposta determina que um ministro sozinho não pode suspender a vigência de um ato normativo, lei ou decreto. — É muito difícil fazer uma reforma jurídica de uma única vez, mas, aos poucos, com medidas como essa, nós poderemos ir disciplinando mais o nosso Supremo Tribunal Federal — afirmou o senador.



Waldevmi Bonetto/Agência Senado

Lasier quer o fim do indulto a condenados por corrupção

O senador Lasier Martins (Podemos-RS) apresentou, em Plenário, a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 89/2019, que veda a concessão de indulto a pessoas condenadas por crimes hediondos, contra a administração pública, de lavagem ou ocultação de bens, direitos e valores, e contra o sistema financeiro nacional.

A proposta, disse, tem como o objetivo impedir que o presidente da República perdoe penas de condenados por crimes de colarinho branco, como fez o ex-presidente Michel Temer em 2017.



Waldevmi Bonetto/Agência Senado

Kajuru propõe aumento do IR para os mais ricos

Jorge Kajuru (PSB-GO) criticou a proposta de reforma da Previdência do governo. Para o senador, a reforma prejudica a parcela mais pobre da população, quando estabelece mudanças na concessão do Benefício de Prestação Continuada (BPC) e altera a idade mínima de aposentadoria de trabalhadores rurais. O senador defendeu isenção do Imposto de Renda para trabalhadores que ganham menos de quatro salários mínimos e a criação de duas alíquotas para quem ganha acima de 40 mínimos.

— As novas alíquotas incidirão apenas sobre 2,73% dos contribuintes.



Waldevmi Bonetto/Agência Senado

Plenário vota amanhã o marco do saneamento

Projeto de nova regulamentação para o setor foi aprovado ontem na Comissão de Infraestrutura e deverá ser analisado em sessão extraordinária convocada por Davi Alcolumbre

O PRESIDENTE DO Senado, Davi Alcolumbre, convocou sessão extraordinária, para amanhã, às 8h, para a votação do projeto que atualiza o Marco Legal do Saneamento Básico (PL 3.261/2019), apresentado por Tasso Jereissati (PSDB-CE) para substituir a Medida Provisória 868/2018. A MP não chegou a ser votada na Câmara dos Deputados e perdeu a validade ontem.

— A gente sentiu a sensibilidade de todos os senadores em relação a essa matéria importante para o Brasil, que resgata um debate antigo do Senado em relação ao saneamento, portanto, da saúde dos brasileiros — disse Davi.

A expectativa de alguns líderes partidários era obter mais tempo para analisar a medida. A nova proposta, com voto favorável do relator, Roberto Rocha (PSDB-MA), reproduz o texto do projeto de lei de conversão (PLV 8/2019), que incorporou várias emendas na comissão mista da MP, onde Tasso foi relator.

A Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI) aprovou o texto ontem pela manhã, em regime de urgência, após acordo firmado entre os líderes partidários, e o projeto seguiu



Marcos Oliveira/Agência Senado

Para Tasso Jereissati, projeto é resultado de entendimento entre senadores

imediatamente para o Plenário.

— Na prática, quase chegamos a um acordo em relação à MP, mas é preciso que a gente tenha mais conhecimento desse projeto, ouça os governadores, os presidentes de companhias estaduais de saneamento e de abastecimento de água — disse o líder do PT, Humberto Costa (PE).

O dispositivo mais contestado é a vedação dos contratos de programa, que são firmados entre estados e municípios para prestação dos serviços de saneamento em colaboração. Esses contratos não exigem licitação, já que o contratado não é uma empresa privada.

— É fundamental investimento privado para melhorar

o acesso da população ao saneamento. Não é uma questão ideológica, é uma questão de não desmanchar e desmontar as empresas públicas de saneamento para que elas possam, inclusive, ir ao mercado e buscar investimento privado — argumentou o senador Rogério Carvalho (PT-SE).

Senadores das Regiões Norte e Nordeste manifestaram preocupação em relação ao atendimento dos pequenos municípios do interior, sem cobertura de saneamento e com poucos atrativos econômicos para o setor privado. Para Plínio Valério (PSDB-AM), é preciso obrigar a atender os mais pobres, pois “empresário não faz favor”.

— Se não tivermos uma janela de oportunidade dos municípios que estão sem cobertura para consertamos essa questão, inclusive para captar recursos, vamos ficar com regiões excluídas da área do saneamento — destacou Eduardo Braga (MDB-AM)

Licitação

O relator ressaltou que novas sugestões poderão ser analisadas e incluídas no texto.

— Atualmente tem 6% dos municípios brasileiros já administrados por empresas privadas. Desses, 70% são municípios com menos de 20 mil habitantes, é forçoso reconhecer. E essa proposta aponta para uma solução que pode, combinada com o Executivo, buscar recursos de fundos constitucionais para ajudar as companhias estaduais. O projeto prevê licitação em bloco para vários municípios, de tal modo que aquilo que não tem atrativo econômico passa a ter, na medida em que tem uma economia de escala — esclareceu Roberto Rocha.

Para Tasso, o projeto apresentado por ele é resultado do entendimento das diferenças dos senadores quanto ao tema.

— Estou me dirigindo à po-

pulação mais pobre e o alvo é somente esse. Precisariamos de cerca de R\$ 560 bilhões se quisermos lançar pelo menos 80% de universalização nesse país. São mais de 100 milhões de pessoas vivendo sem esgotamento sanitário. Não é um assunto a ser adiado indefinidamente — concluiu.

De acordo com o projeto, a Agência Nacional de Águas (ANA) terá a função de estabelecer normas de referência para a regulação dos serviços de saneamento básico. O projeto estabelece como um dos “princípios fundamentais” do serviço público de saneamento básico a “seleção competitiva do prestador”, que deve atuar concomitantemente nas áreas de abastecimento de água e esgotamento sanitário.

Pela proposta, a prestação do serviço por empresas privadas depende de contratos de concessão. Caso a empresa estatal de saneamento seja privatizada, os contratos em andamento podem ser substituídos por concessões. Se um estado ou município optar por prestar o serviço diretamente, deve indenizar a empresa privatizada “em razão de investimentos realizados e ainda não amortizados ou depreciados”.

Política de racionalização do uso da água passa em colegiado

A Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor (CTFC) aprovou ontem a proposta que estabelece no país a Política Nacional de Racionalização e Combate ao Desperdício da Água (PLC 70/2018). O texto agora segue para análise da Comissão de Meio Ambiente (CMA).

Do ex-deputado Antonio Carlos Mendes Thame, o projeto prioriza a destinação de recursos do governo federal, por meio de convênios, para cidades que aderirem ao Programa Nacional de Combate ao Desperdício da Água e ao Plano Nacional de Recursos Hídricos. Esses convênios tornam possível a instalação de equipamentos de controle

do uso da água em prédios comerciais, escolas públicas ou privadas, clubes e hotéis.

Entre os equipamentos a serem usados, estão torneiras, vasos sanitários e chuveiros com desligamento automático, sanitários com volume de descarga reduzido e torneiras com acionamento restrito nas áreas externas. Também fica prevista a captação, nos edifícios, de água das chuvas para regar jardins e lavar veículos, calçadas e pisos.

O relator, senador Otto Alencar (PSD-BA), considerou a medida uma “salutar inovação” no ordenamento jurídico brasileiro. Ele apresentou apenas uma emenda, para uma correção da classificação jurídica do termo “convênios”.

Para TCU, a fiscalização de barragens é precária

Para o Tribunal de Contas da União (TCU), o departamento que fiscaliza as barragens no Brasil funciona de forma precária. A avaliação foi apresentada ontem à CPI que investiga as causas do rompimento da barragem da Vale em Brumadinho (MG) pelo secretário de Infraestrutura Hídrica, de Comunicações e de Mineração do TCU, Uriel de Almeida Papa.

Relatórios do TCU apontam falhas no controle de documentação e nos planejamentos de auditoria do Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM), que era o órgão responsável pela fiscalização do setor na época.

— As falhas e irregularidades verificadas nessa auditoria envolvem a atuação



Gabriel Mitsky/Senado Federal

Rose de Freitas, Carlos Viana e Uriel de Almeida Papa na audiência

institucional da autarquia e alertam para o risco de novos acidentes envolvendo barragens de rejeito de mineração no país — afirmou.

A senadora Rose de Freitas (Pode-ES) lembrou que a Agência Nacional de Mineração, que assumiu os trabalhos do DNPM, continua sofrendo

com o contingenciamento de recursos, responsável pelo declínio progressivo na estrutura da entidade.

O mais recente relatório de monitoramento do TCU reafirmou recomendações anteriores, como introdução de sistemas informatizados nas inspeções.

Avança inclusão de região do Tocantins na Sudene

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) aprovou ontem proposta que inclui municípios do sudeste do Tocantins na área de atuação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene) e no semiárido, zona mais seca do país. A medida possibilitará às prefeituras

o acesso a linhas de crédito especiais, incentivos fiscais e recursos do Fundo de Desenvolvimento do Nordeste. O PLP 61/2019 segue com urgência para o Plenário.

O autor, Eduardo Gomes (MDB-TO), disse que a região, que engloba 30 municípios, apresenta índices pluvio-

métricos muito baixos, com riscos de seca acima de 60%. O sudeste do Tocantins também apresenta indicadores sociais e econômicos semelhantes àqueles de grande parte da área já atendida pela Sudene, aponta a relatora, Kátia Abreu (PDT-TO), que recomendou a aprovação do texto.

Projeto destina recurso do Fundo Social para pesquisa científica

Está na pauta da reunião de hoje da Comissão de Ciência e Tecnologia (CCT) projeto que destina 20% do rendimento anual do Fundo Social ao desenvolvimento de ciência e tecnologia. Segundo o autor, Lasier Martins (Pode-RS), o

PLS 181/2016 garante que as instituições nacionais tenham mais recursos para melhorar os laboratórios e financiar pesquisas importantes para o avanço do país. O relator, Jean Paul Prates (PT-RN), apresentou voto pela aprovação do texto.

Militares criticam reestruturação da carreira

Segundo os participantes da audiência, o projeto onera as patentes mais baixas e o critério meritocrático prejudica quem foi impedido de realizar curso de aperfeiçoamento

REPRESENTANTES DAS FORÇAS Armadas demonstraram preocupação com a reestruturação da carreira prevista em projeto que tramita na Câmara dos Deputados. O assunto foi discutido ontem em audiência pública da Comissão de Direitos Humanos (CDH), dentro de um ciclo de debates sobre Previdência e trabalho, proposto pelo presidente do colegiado, senador Paulo Paim (PT-RS).

O projeto (PL 1.645/2019) aumenta de 30 para 35 anos o tempo de serviço necessário para que os servidores da Marinha, Exército e Aeronáutica passem à reserva e define as idades mínimas para isso, que variam de acordo com os postos hierárquicos.

Pela proposta, a alíquota de contribuição ao sistema sobe de 7,5% para 10,5%, escalonada em três anos a partir de 2020. Pensionistas e estudantes das escolas preparatórias e de graduação das Forças Armadas, que hoje são isentos, passariam a pagar esse percentual.

O militar não se aposenta como os servidores civis. Ele fica inativo, mas em condição



Para Vanderley Gonçalves (E), ao lado de Paulo Paim, que presidiu debate, meritocracia só pode ser aplicada quando todos tiverem as mesmas condições

de reserva remunerada, sujeito à prestação de serviço mediante convocação ou mobilização em situações extremas, como estado de emergência ou guerra. Já o militar reformado está definitivamente afastado do serviço, por idade, invalidez ou incapacidade.

Aperfeiçoamento

Segundo o vice-presidente da Associação dos Militares das Forças Armadas de São Paulo, o segundo-sargento Vanderley Gonçalves, nos últimos 30 anos, os militares foram impedidos de realizar cursos de aperfeiçoamento

na carreira, mas agora terão de contribuir em igualdade de condições com um general, por exemplo, o que não corresponde à verdadeira meritocracia, por partir de oportunidades desiguais. Gonçalves afirmou que, se o projeto for aprovado, terceiros-sargentos do quadro especial, cabos estabilizados e soldados engajados terão um decréscimo em seus salários.

O presidente do Instituto Brasileiro de Apoio aos Reservistas da Pátria (Ibarp), Messias Dias, disse que o projeto dá aos militares a possibilidade de serem atendidos no sistema de proteção social. Ele concordou

com a ideia da meritocracia, prevista no projeto, mas disse que o texto deve considerar também questões como antiguidade e paridade para a concessão de benefícios.

— O Ministério da Defesa deveria ter criado algo isonômico, igualitário, para todas as Forças — ponderou.

Vice-líder do governo, o senador Izalci Lucas (PSDB-DF) disse que “ainda há muito a avançar”. Ele lembrou que será instalada em breve a Frente Parlamentar em Defesa da Família Militar, no âmbito da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

(CRE), que tem, entre as atribuições, acompanhar políticas que visem à união e a defesa da família militar. Styvenson Valentim (Pode-RN) afirmou que vai buscar uma solução justa para a reestruturação da carreira dos militares.

A senadora Zenaide Maia (Pros-RN) classificou a discussão sobre o projeto como suprapartidária. Paulo Paim (PT-RS) se comprometeu a enviar os encaminhamentos da audiência ao relator do projeto na Câmara, deputado Vinicius Carvalho (PRB-SP), e ao ministro da Defesa, general Fernando Azevedo.

Avançam novas regras para jornada de trabalho

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) aprovou ontem projeto de lei que altera as regras para jornada de 12 horas de trabalho por 36 horas de descanso. O PLS 298/2017 segue agora para análise da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

De acordo com o texto, o horário de trabalho de 12 horas seguidas por 36 horas ininterruptas de descanso no setor de saúde só poderá ser estabelecido mediante acordo individual por escrito. Já em empresas e entidades de outros setores, esse tipo de jornada só poderá ser estabelecida mediante convenção coletiva ou acordo coletivo de trabalho.

Do senador Paulo Paim

(PT-RS), o projeto também tinha como objetivo revogar dispositivo da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) que dispensa de autorização prévia da autoridade competente a adoção da jornada de 12 horas por 36 horas. Esse dispositivo foi incluído na CLT pela reforma trabalhista (Lei 13.467, de 2017).

Mudança

Mas o relator, senador Elmano Férrer (Pode-PI) retirou esse trecho do projeto. Assim a jornada 12h por 36h continuaria sendo permitida sem a exigência de licença prévia, mas desde que tenha havido autorização do sindicato da categoria, conforme acordo ou convenção coletiva. Elmano argumentou em

seu relatório que a jornada é demanda de muitos trabalhadores, principalmente por liberar mais tempo para outras atividades além do descanso.

“Voltar a exigir a licença prévia, mesmo diante da celebração de negociação coletiva, parece flertar com a inconstitucionalidade. Corre-se o risco de implantar restrição ao emprego em um momento em que a recuperação econômica ainda é morosa, em colisão com o princípio constitucional da busca do pleno emprego. Ademais, a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal tem valorizado a autonomia coletiva da vontade e a auto-composição dos conflitos”, diz o senador no relatório.

Reforma é urgente, diz Chico Rodrigues sobre Previdência

Chico Rodrigues (DEM-RR) defendeu ontem, em Plenário, a necessidade de o Congresso Nacional aprovar com urgência a reforma da Previdência. Para ele, a medida é fundamental para a retomada do crescimento econômico. O senador advertiu que devem ser evitadas emendas que deturpem a reforma ou inviabilizem seus eixos centrais. Chico Rodrigues admitiu, no entanto, que outras reformas serão necessárias, como a tributária e a política, para que o Brasil consiga desfrutar de estabilidade econômica e social.



Waldemir Bonetto/Agência Senado

Para Paulo Rocha, MP do INSS prejudica pobre e trabalhador

Paulo Rocha (PT-PA) rebateu ontem as críticas aos 12 senadores que votaram contra a MP 871/2019. Ele contestou as afirmações de que o objetivo da medida seria o combate à fraude e aos desvios na assistência previdenciária. Para o senador, trata-se de uma mentira, “já que a medida provisória constitui uma minireforma da Previdência para prejudicar pescadores e trabalhadores rurais”. Segundo ele, nos últimos cinco meses, o Congresso só aprovou legislação para atacar os direitos dos trabalhadores e dos mais pobres.



Waldemir Bonetto/Agência Senado

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Davi Alcolumbre
Primeiro-vice-presidente: Antonio Anastasia
Segundo-vice-presidente: Lasier Martins
Primeiro-secretário: Sérgio Petecão
Segundo-secretário: Eduardo Gomes
Terceiro-secretário: Flávio Bolsonaro
Quarto-secretário: Luís Carlos Heinze
Suplentes de secretário: Marcos do Val, Weverton, Jaques Wagner e Leila Barros

Secretário-geral da Mesa: Luiz Fernando Bandeira
Diretora-geral: Ilana Trombka

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretora: Angela Brandão
Coordenadora-geral: Ana Lucia Romero Novelli
Diretora de Jornalismo: Ester Monteiro

SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

Diretor: Flávio Faria
Coordenador-geral: Sílvio Burre
Coordenação de Cobertura: Paola Lima
Serviço de Reportagem: Sheyla Assunção
Serviço de Fotografia: Leonardo Sá
Serviço de Arte: Bruno Bazílio

Jornal do Senado

Editora-chefe: Fernanda Vidigal
Edição e revisão: Joseana Paganine, Juliana Steck, Maurício Müller e Pedro Pincer
Diagramação: Claudio Portella, Ronaldo Alves e Sandro Alex
Tratamento de imagem: Afonso Celso F. A. Oliveira e Roberto Suguino
Circulação e atendimento ao leitor: (61) 3303-3333

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Agência Senado, do **Jornal do Senado**, da Rádio Senado e da TV Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso em papel reciclado pela Secretaria de Editoração e Publicações (Segraf)

Novo limite para perder CNH não aumentará impunidade, diz ministro

Reunião na Comissão de Infraestrutura ocorreu no mesmo dia em que o presidente Jair Bolsonaro entregou à Câmara projeto com novas regras

EM REUNIÃO DA Comissão de Infraestrutura (CI), o ministro da Infraestrutura, Tarcísio Gomes de Freitas, disse que o projeto que altera o Código de Trânsito Brasileiro vai facilitar o dia a dia do cidadão e desburocratizar processos. Segundo ele, a proposta não deve resultar no aumento da impunidade.

Também chamado de “PL do Trânsito” (ainda sem número definido), o projeto foi entregue ontem pelo ministro e pelo presidente Jair Bolsonaro ao presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia, durante visita de ambos à Casa.

— A proposta tem muita coisa que impacta o cidadão diretamente, como o aumento da quantidade de pontos (de 20 para 40, provenientes de multas aplicadas) para a suspensão do direito de dirigir. Alguns podem pensar que isso aumenta a impunidade, mas é uma avaliação errada. O CTB já tem mais de 20 anos e precisa ser revisto, está de-



Para Freitas, o Código de Trânsito Brasileiro é antigo e precisa ser revisto

satualizado e tornou-se não operacional pelos Detrans. Dois terços das punições estabelecidas hoje no CTB são graves ou gravíssimas, ficou muito fácil chegar aos 20 pontos, inclusive por infrações administrativas. Os Detrans não conseguem mais operacionalizar os processos de suspensão do direito de dirigir. Ampliar a pontuação tornou-se portanto uma necessidade prática — disse.

O texto proposto pelo governo também aumenta de cinco para dez anos o prazo de

validade da Carteira Nacional de Habilitação (CNH).

O ministro explicou que o aumento da validade da CNH acompanha a evolução na tecnologia na área da saúde desde 1997, quando o CTB entrou em vigor.

— O prazo de renovação da carteira de motorista, do exame de aptidão física, passa a ser a cada dez anos. É uma questão orgânica, a saúde melhorou, não se justifica que jovens de 20 ou 30 anos de idade, gozando de plena saúde, tenham que realizar

os exames a cada cinco anos, quando mantêm-se plenamente hígidos. Lá na frente é que ele vai começar a sofrer perdas de acuidade visual, ou outra razão que leve ao reexame — disse.

Idosos

Para as pessoas idosas, com mais de 60 anos, o prazo de validade da CNH passará de dois anos e meio para cinco anos, caso o projeto seja aprovado como o governo quer. Freitas ainda destacou a retirada da exclusividade de credenciar clínicas para o exame obrigatório do Detran.

— Por que o cidadão não pode realizar o exame por seu plano de saúde, ou pelo SUS? O médico com CRM poderá fazer o exame e isso vai proporcionar uma economia significativa para o cidadão. Essa despesa varia hoje entre R\$ 140 e R\$ 300 reais, dependendo da localidade — afirmou.

O ministro deverá retornar à comissão para nova audiência sobre o tema no dia 25.

Seguro obrigatório DPVAT poderá financiar Previdência e creches

Projeto que obriga as companhias seguradoras a repassar parte do valor recolhido do Seguro Obrigatório de Danos Pessoais (DPVAT) de veículos para bancar a Previdência Social de estados e municípios e a construção de creches foi aprovado ontem na Comissão de Educação (CE).

A autora do PL 1.418/2019, senadora Rose de Freitas (Pode-ES), argumenta que o recurso gerado pelo pagamento do seguro deve incorporar outros destinatários, com a finalidade de dar suporte financeiro a iniciativas destinadas à reabilitação e à cobertura de benefícios de risco.

Hoje metade do total arrecadado vai para o pagamento de indenizações e reservas, 45% vai para o Ministério da Saúde e 5% para o Ministério do Desenvolvimento Regional, para aplicação exclusiva em programas de prevenção de acidentes.

O projeto mantém metade da arrecadação com indenizações e reservas e modifica a outra metade: 33% deverá ir para o Ministério da Saúde, para custear a assistência médico-hospitalar de vítimas de acidentes de trânsito no Sistema Único de Saúde (SUS); 10% irá para as entidades gestoras dos regimes próprios

de Previdência Social dos estados, dos municípios e do Distrito Federal, destinados à composição dos recursos garantidores de benefícios de riscos concedidos e a conceder; e 7% irá para o Ministério da Educação (MEC), para financiar a construção de creches.

Universalização

Ao emitir parecer favorável, o relator, Jorginho Mello (PL-SC), argumentou que a iniciativa vai contribuir para que o país consiga atingir a meta de universalização das pré-escolas, que deveria ter sido alcançada em 2016. Ele informou que apenas três de cada dez crianças de até 3 anos estavam matriculadas em 2016, caracterizando ritmo lento de avanços.

“A ampliação e o melhor uso dos recursos se constituem como questão essencial, pois há problemas de infraestrutura que assumem caráter dramático, quando se consideram as necessidades da primeira infância”, afirma em seu relatório.

A proposta segue agora para as Comissões de Assuntos Sociais (CAS) e de Assuntos Econômicos (CAE), cabendo à última decisão terminativa.

Colegiado analisa regulamentação para a profissão de salva-vidas

A Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR) tem apenas um item na pauta de hoje: a regulamentação da profissão de salva-vidas. Do deputado Nelson Pellegrino (PT-BA), o PLC 42/2013 recebeu parecer favorável, com emendas do relator, Styvenson Valentim (Pode-RN).

A proposta foi inicialmente distribuída à Comissão de Assuntos Sociais (CAS), em decisão terminativa, onde teve parecer do senador Paulo Paim (PT-RS) aprovado com duas emendas. No entanto, por força de requerimento, o texto passou pelo Plenário, onde também recebeu emendas.

Outro requerimento levou o projeto a ser analisado também pela CDR. Em seguida, a proposta irá à Comissão de

Constituição e Justiça (CCJ), à qual caberá decisão final.

Styvenson citou dado da Sociedade Brasileira de Salvamento Aquático que aponta o afogamento como segunda maior causa de morte acidental no Brasil. O relator acatou parte de emenda de Paim, que visa assegurar o exercício regular da profissão a quem já trabalhar na área na data de entrada em vigência da lei, e a que retira a exigência de curso profissionalizante específico.

Também acatou sugestão do ex-senador Valdir Raupp que prevê um guarda-vidas durante o período de funcionamento em piscinas com até 350 metros quadrados. Para piscina com correnteza ou ondas, será necessário um profissional a cada 200 metros quadrados.

RÁPIDAS

SANTA CATARINA SERÁ POLO NÁUTICO, APROVA COLEGIADO

A Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE) aprovou ontem um projeto, do senador Jorginho Mello (PR-SC), que confere a Santa Catarina o título de Polo Náutico do Brasil. O PL 684/2019 segue para a Câmara. De acordo com o relator, Dário Berger (MDB-SC), a indústria náutica emprega mais de 5 mil trabalhadores em Santa Catarina.

— Trata-se de uma atividade econômica em forte crescimento e que pode ser considerada como de tradição em Santa Catarina.

FLORIANÓPOLIS PODERÁ SER CAPITAL DA NANOTECNOLOGIA

A Comissão de Educação aprovou um projeto de lei que reconhece Florianópolis como Capital Nacional da Nanotecnologia e Novos Materiais. O relator do PL 683/2019, que deve seguir para a Câmara dos Deputados, é o senador Dário Berger (MDB-SC).

Para o autor do PL 683/2019, senador Jorginho Mello (PL-SC), a homenagem “faz justiça aos esforços empreendidos pela população local na conservação e continuidade dessa importante tradição empreendedora”.

Anastasia: fundos garantem parcerias público-privadas

Antonio Anastasia (PSDB-MG) defendeu ontem projeto que possibilita a utilização dos recursos de fundos de distribuição obrigatória a estados e municípios como garantia em projetos de parceria público-privadas (PPP). Ele ressaltou que, atualmente, o que inviabiliza as PPPs é a ausência de garantias.



— Essa ausência leva a dificuldade de identificar o crédito, a dificuldade de apontar o parceiro, a dificuldade de conseguir o recurso, e, sobretudo, eleva a taxa de juros, pois há um risco maior, já que a garantia fica incerta.

Simone Tebet (MDB-MS) leu ontem, em Plenário, carta enviada a Jair Bolsonaro por entidades de defesa do consumidor favoráveis à sanção, sem vetos, da medida provisória que permite 100% de capital estrangeiro em companhias aéreas e garante o despacho de bagagem de até 23 quilos sem cobrança nos voos domésticos.

Simone lê carta contra cobrança de despacho de bagagem aérea

Simone Tebet (MDB-MS) leu ontem, em Plenário, carta enviada a Jair Bolsonaro por entidades de defesa do consumidor favoráveis à sanção, sem vetos, da medida provisória que permite 100% de capital estrangeiro em companhias aéreas e garante o despacho de bagagem de até 23 quilos sem cobrança nos voos domésticos.



— A alegação de que se deve aguardar o prazo de cinco anos para analisar o impacto e daí se verificar se deve ou não garantir a gratuidade das bagagens não se sustenta de forma alguma — acrescentou.

Humberto Costa critica possível veto a franquia de bagagem

Humberto Costa (PT-PE) criticou o argumento usado pelo presidente Jair Bolsonaro para justificar o seu possível veto ao artigo da Medida Provisória 863/2018 que permite o transporte gratuito de bagagem de até 23 quilos em voos domésticos.



O senador disse que o presidente divulgou um vídeo, na quinta-feira, afirmando que estava disposto a vetar o artigo que estabelecia a franquia gratuita por ter sido sugerido por um parlamentar do PT.

— É isso o que chamam de nova política? — questionou.

Avança matrícula prioritária a mulher vítima de violência

Projeto com esse objetivo foi aprovado ontem na Comissão de Educação, Cultura e Esporte e segue para a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, onde terá decisão terminativa

A COMISSÃO DE Educação, Cultura e Esporte (CE) aprovou ontem projeto de lei que dá prioridade em matrícula ou rematrícula em instituições de ensino para mulheres vítimas de violência doméstica e familiar. O PLS 265/2018, do ex-senador Magno Malta, estende o benefício para os dependentes dessas mulheres.

O dispositivo é acrescentado à Lei Maria da Penha (Lei 11.340, de 2006). O autor argumenta que a falta de prioridade nas matrículas deixa a mulher e dependentes vulneráveis à perseguição do agressor, o que poderia até dissuadir as vítimas de denunciar.

Zenaide Maia (Pros-RN), que foi a relatora, emitiu parecer favorável ao considerar a educação fator de inclusão, de recuperação da estima e de construção de novos projetos de vida para as vítimas de violência. “É de grande relevância que as instituições de educação estejam permanentemente abertas para a matrícula de mulheres nessa condição, facilitando a reto-



Relatora, Zenaide argumenta que a educação é fator de inclusão social

mada dos estudos e evitando que o trauma da violência tenha impacto sobre a sua vida escolar e sobre o seu futuro profissional”, argumenta a senadora em seu relatório.

O texto vai para análise terminativa na Comissão de Direitos Humanos (CDH).

Projeto semelhante

Daniella Ribeiro (PP-PB) observou que o Senado já aprovou recentemente projeto de lei com teor semelhante ao do PLS 265/2018. Trata-se do PL 1.619/2019, que veio da Câmara, e garante matrícula

ou transferência para dependentes de mulheres vítimas de violência doméstica. Uma emenda de Daniella assegurou o sigilo do caso dentro das instituições, para proteger a mulher e os dependentes dentro da comunidade escolar.

O presidente da CE, Dário Berger (MDB-SC), sugeriu que os projetos sejam pensados quando estiverem na mesma Casa. O vice-presidente da comissão, Flávio Arns (Rede-PR), acrescentou que o PLS 265/2018 pode ser emendado para ganhar um dispositivo idêntico à emenda de Daniella.

Operadora pode ter plano para pessoa com deficiência

A Comissão de Transparência (CTFC) aprovou ontem a proposta que obriga as prestadoras de serviços de telecomunicações a oferecer planos de serviços para atendimento específico a pessoas com deficiência auditiva ou da fala. O texto foi aprovado na forma de emendas da Câmara dos Deputados (ECD 6/2015) ao projeto original de Flávio Arns (Rede-PR) e agora segue para a análise da Comissão de Ciência e Tecnologia (CCT).

O texto (PLS 238/2008) faz alterações na Lei Geral de Telecomunicações (Lei 9.472, de 1997) para garantir ao usuário um plano alternativo

de serviço, com tarifas reduzidas, tanto pós-pago quanto pré-pago, para atendimento específico de pessoas com deficiência auditiva ou da fala, por meio de mensagens de texto e de pacote de dados.

Flávio Arns (Rede-PR) destaca que é possível perceber o gradual aumento da participação da pessoa com deficiência nos contextos sociais do país. Em todo o mundo, diz o senador, o uso de mensagens de texto em telefones vem se tornando um recurso extraordinariamente útil para pessoas com deficiência auditiva ou da fala. No entanto, argumenta, para que tal mecanismo seja

efetivamente acessível, é fundamental que existam planos específicos, de baixo custo.

A relatora, senadora Mara Gabrielli (PSDB-SP), apresentou voto favorável.

Previdência

O senador Rodrigo Pacheco (DEM-MG) apresentou relatório (AVS 57/2016) sobre auditoria do TCU sobre os Regimentos Próprios de Previdência Social de estados, municípios e Distrito Federal. O TCU apontou baixa qualidade das bases cadastrais dos servidores e fragilidade das projeções atuariais, com viés de subestimação do déficit.

Plínio: prevenção da violência à mulher tem que estar no currículo

Plínio Valério (PSDB-AM) defendeu ontem a aprovação de projeto dele (PL 598/2019) que insere o conteúdo sobre a prevenção da violência contra as mulheres no currículo da educação básica.

A proposta, segundo ele, está em discussão na Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE) e tem relatório favorável de Daniella Ribeiro (PP-PB). Caso o projeto vire lei, como avalia o senador, vai contribuir para mudar mentalidade e comportamentos machistas que, ao longo dos anos, vêm sendo repassados às novas gerações.



Alvaro Dias pede fim de sigilo de operações com outros países

Alvaro Dias (Pode-PR) pediu ontem urgência na votação de Projeto de Lei (PLS) 26/2014, que extingue o sigilo bancário nas operações de crédito de bancos públicos brasileiros firmados com governos estrangeiros.

A proposta foi aprovada pelo Plenário do Senado, mas devido à emenda foi remetida a três comissões.

O senador justificou sua pressa, afirmando que nos últimos anos, alguns financiamentos de obras no exterior beneficiavam países com governos corruptos e autoritários.



Aprovada antecipação de feriados nacionais para as segundas-feiras

A Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE) aprovou ontem um projeto de lei do Senado (PLS 389/2016) que prevê a antecipação de feriados nacionais que caem em dias úteis para as segundas-feiras. A proposta, de Dário Berger (MDB-SC), não afeta Confraternização Universal, Carnaval, Sexta-Feira Santa, Dia do Trabalho, Corpus Christi, Independência, Nossa Senhora Aparecida e Natal.

Uma consultoria norte-americana aponta o Brasil como o sétimo país com mais feriados, 12 no total. Para o autor, o excesso de feriados é nocivo para empresas, trabalhadores e governo.

“Nossa intenção com a presente proposição é, de um lado, preservar nossos feriados e datas comemorativas nacionais e, de outro lado,



Autor da proposta, Dário Berger preside a Comissão de Educação

manter aquecida a atividade econômica de uma forma geral, o que redundará na proteção das empresas e dos trabalhadores”, destaca Dário.

O relator, Jorginho Mello (PL-SC), apresentou emenda sugerindo que a antecipação exclua os feriados de estados, Distrito Federal e municípios. Se não houver recurso para o Plenário, o texto vai à Câmara.

Debate aponta erro em criação de cargos para novas universidades

Em 2018, o Congresso autorizou a criação de novas universidades federais em Garanhuns (PE), Parnaíba (PI), Rondonópolis (MT), Catalão (GO) e Jataí (GO). Elas já poderiam estar funcionando, o que não ocorre por um erro na lei de criação. O problema foi debatido ontem em audiência na Comissão de Educação (CE), requerida pelo senador Wellington Fagundes (PL-MT).

O coordenador-geral de Planejamento das Instituições Federais de Ensino, Weber de Sousa, explicou que o texto do projeto de lei para corrigir a estrutura está em análise na Secretaria-Executiva do MEC. O reitor da Universidade Federal de Goiás (UFG),

Edward Madureira Brasil, destacou que alguns reitores estão em fim de mandato, o que gera mais insegurança sobre a efetiva implantação. A reitora da Universidade Federal Rural de Pernambuco, Maria José de Sena, disse que é preciso abrir concurso para professores e técnicos, mas, de acordo com ela, no momento não há como atender os parâmetros do Decreto 9.739, de 1º de junho, que dificulta concursos para a administração pública federal.

— Ele traz medidas a serem cumpridas pelos órgãos antes de solicitarem força de trabalho — explicou o representante do Ministério da Economia, Rafael Castro.



Entre representantes da UFMT e do MEC, Wellington dirige debate

RÁPIDAS

BERNARDO SAYÃO DEVE VIRAR HERÓI DA PÁTRIA

A Comissão de Educação (CE) aprovou ontem a inscrição de Bernardo Sayão no Livro dos Heróis e Heroínas da Pátria. A iniciativa está no PLC 90/2017, que agora será analisado pelo Plenário. O autor é o ex-deputado Daniel Vilela, que argumenta que o intuito é prestar homenagem ao engenheiro pela trajetória dedicada à Brasília.

AVANÇA VETO A TAXA DIFERENTE EM VESTIBULAR

A Comissão de Educação (CE) aprovou projeto que proíbe a cobrança de taxas diferenciadas por curso nos processos seletivos para acesso à graduação. O relator, Confúcio Moura (MDB-RO), apresentou parecer favorável ao PL 1.945/2019, de Veneziano Vital do Rêgo (PSB-PB). A proposta segue para a Comissão de Assuntos Econômicos.